

## **ÁREA TEMÁTICA 12. Partidos e Sistemas de Partidos**

### **NACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL:**

#### **Explorando o estágio atual destes sistemas partidários**

Bruno da Silva Conceição

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

brunopolitica@gmail.com

### **RESUMO**

A nacionalização da política implicaria na mobilização do eleitorado para os assuntos nacionais em detrimento das questões locais. Os condutores desse processo são os partidos que precisam ter votações estáveis, de forma homogênea, por todas as regiões, departamentos, cantões, estados, etc. de um país. Os resultados apresentados pelos pesquisadores, no começo dos anos 2000, indicam que sistemas partidários nacionalizados produziram maiores incentivos para a efetivação de políticas públicas, para a estabilidade da competição eleitoral entre os grandes partidos e, não obstante, contribuiriam para o fortalecimento democrático (CARAMANI, 2004; JONES e MAINWARING, 2003; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004). Poucos estudos buscam dar um relato mais atual do nível de nacionalização dos partidos da América do Sul (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008). Essa pesquisa apresenta dados mais atuais sobre este fenômeno nas últimas eleições parlamentares de: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Para analisar este fenômeno da nacionalização da política na América do Sul coletamos dados das percentagens de voto partidário, das últimas eleições parlamentares, disponibilizadas nos órgãos eleitorais dos países analisados. A medida de nacionalização partidária é uma adaptação do uso do Coeficiente de Gini direcionada para a votação percentual dos partidos nos diferentes estados que compõem os territórios nacionais. Os resultados encontrados reforçam a visão da literatura sobre a fraca nacionalização dos sistemas partidários sul-americanos. Os países analisados situam-se entre uma baixa nacionalização (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai) e intermediária nacionalização (Bolívia e Uruguai) dos principais partidos políticos.

**Palavras-chave:** Nacionalização da Política; Sistema Partidário; América do Sul.

**“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 26 ao 28 de julho de 2017”.**

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a terceira onda de democratização, os países sul-americanos desenvolveram ou retomaram sistemas partidários onde a competição eleitoral tornou-se predominante para ocupação dos cargos públicos. Da mesma forma, a disciplina de Ciência Política na região cresceu em produtividade sobre os mais variados aspectos da política (sistema políticos, transição democrática, cultura política, qualidade da democracia, estudos eleitorais, organização partidária, etc.). Entretanto, resta um déficit quanto ao exame da homogeneização territorial de sufrágios dos principais partidos de um país, tanto em uma perspectiva diacrônica, quanto em uma perspectiva sincrônica. Escassos trabalhos foram feitos pelos cientistas políticos sul-americanos a partir da retomada da temática de nacionalização política na Europa (CARAMANI, 2004; JONES e MAINWARING, 2003; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004).

Poucos estudos buscam dar um relato mais atual do nível de nacionalização dos partidos da América do Sul (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008). Os estudos nesta temática de nacionalização política são feitos, em sua maioria, por pesquisadores do hemisfério norte interessados em ampliar o escopo de generalização dos modelos teóricos europeus. Em que pese discordâncias de graus de nacionalização política dos partidos, em alguns casos, os sistemas partidários sul-americanos são enquadrados assim: a) nacionalização alta (Chile, Uruguai); b) nacionalização intermediária (Colômbia, Venezuela); e c) nacionalização baixa (Brasil, Equador, Peru, Argentina, Paraguai e Bolívia) (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008).

O presente artigo busca verificar em que estágio de nacionalização encontram-se os principais partidos da América do Sul. Embora os países da região tenham sofrido momentos conturbados na sua trajetória política na redemocratização, a hipótese de pesquisa argumenta que isso não impediu que os principais partidos estivessem com valores altos de nacionalização partidária, ou seja, quanto mais as eleições tornam-se periódicas, mais os principais partidos possuem homogeneidade de sufrágios pelos respectivos territórios nacionais. O artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, apresento de maneira breve o desenvolvimento do sistema partidário sul-americano nas últimas décadas. Na segunda seção, discuto a teoria da nacionalização da política e mostro os aspectos metodológicos utilizados nessa pesquisa. Na terceira seção, analiso os dados empíricos sobre a nacionalização partidária na América do Sul.

## 2. O sistema partidário sul-americano

Na América do Sul, a nacionalização da política é uma agenda de pesquisa ainda em crescimento, pois a instabilidade política na região, vivenciada durante as décadas de 1960, de 1970 e de 1980, desviou por alguns anos o foco dos pesquisadores em análises sobre a homogeneidade de voto dos partidos políticos pelo território. Para tratar desse ponto, começo a narrativa falando das pesquisas da nacionalização da política na América do Sul para, em segundo lugar, introduzir uma análise histórica destes sistemas partidários, esclarecendo os resultados encontrados pela literatura.

Desde a terceira onda de democratização, os países sul-americanos desenvolveram ou retomaram sistemas partidários onde a competição eleitoral tornou-se predominante para ocupação dos cargos públicos. Da mesma forma, a disciplina de Ciência Política na região cresceu em produtividade sobre os mais variados aspectos da política (democracia, transição democrática, cultura política, estudos eleitorais, organização partidária, etc.). Entretanto, restava um déficit quanto ao exame da homogeneização territorial de sufrágios dos principais partidos tanto em uma perspectiva diacrônica, quanto em uma perspectiva sincrônica. Poucos estudos foram feitos pelos cientistas políticos sul-americanos a partir da retomada da temática de nacionalização da política na Europa (CARAMANI, 2004).

Os estudos sobre os sistemas partidários sul-americanos são feitos por pesquisadores estrangeiros interessados em ampliar o escopo de generalização dos modelos teóricos europeus. Em que pese discordâncias sobre o grau de nacionalização em alguns casos, os sistemas partidários da América do Sul são enquadrados assim: *a*) nacionalização alta (Chile, Uruguai); *b*) nacionalização intermediária (Colômbia, Venezuela); e *c*) nacionalização baixa (Brasil, Equador, Peru, Paraguai, Argentina e Bolívia) (JONES e MAINWARING, 2003; MORGENSTERN, 2005; ALEMÁN e KELLAM, 2008). As informações sobre os outros países sul-americanos – Guiana e Suriname – não foram cobertos pela literatura em razão, possivelmente, da falta de acesso aos dados eleitorais destes países. De fato, os dois últimos países possuem complicada disponibilidade de informações no que tange a conjuntura política que chega de forma esporádica nos noticiários internacionais.

Os sistemas partidários descritos como altamente nacionalizados, de Chile e do Uruguai, têm em comum a longevidade de seus principais partidos políticos. Nestes casos, a despeito da interferência nociva de regimes militares nestes sistemas políticos, os partidos tradicionais mantiveram suficiente atividade organizativa, lideranças políticas ativas e a

importância no imaginário dos respectivos eleitorados nacionais durante suas trajetórias históricas.

No Chile, da mesma forma que no caso uruguaio, a competitividade partidária permaneceu duradoura até a derrubada da democracia em 1973. Até então, as instituições funcionavam sem sobressaltos e com alternância no poder entre as forças políticas de direita e de esquerda. Segundo Liliana de Riz (1989), o sistema partidário chileno foi construído em gerações: *a)* Na primeira geração, a partir do século XIX, os partidos tinham caráter mais classista destacando-se o Partido Conservador (PC) e o Partido Liberal (PL), sendo que o Partido Radical (PR), também fundado na metade do século XIX, representava a esquerda burocrática, urbanizada e apoiada por contingentes de obreiros ligados a mineração; *b)* Na segunda geração, por volta da década de 1930, surgem os partidos de esquerda operários: o Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR) o Partido Comunista (PC), e o Partido Socialista (PS); *c)* Na terceira geração, da metade do século XX, nascem os partidos centristas, sendo o maior expoente o Partido Democrático Cristiano (PDC) atingindo o eleitorado camponês.

Da mesma forma que irá ocorrer nos demais países da região, a crise de legitimidade dos partidos chilenos está conectada a grande depressão econômica de 1930. Todos os países que trocaram de regime político no século XX foram afetados por esta crise no mercado financeiro (DE RIZ, 1989). A crise econômica produziu desconfiança na classe política e maiores articulações para dar conta das demandas societárias. É dessa época a criação da Frente Popular (1938-1947) que reuniu os principais partidos de esquerda (PR, PS, PC e MIR) inseridos em um vínculo programático comum.

A extrapolação do conflito político, característica da época de Guerra Fria, acirrou os ânimos de opositoristas do governo de Salvador Allende (1970-1973) conduzindo-os para uma saída autoritária. A ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1989) foi uma das mais sangrentas da América Latina. Após um longo intervalo sem atividade partidária seria de se esperar que a configuração política pré-golpe fosse distinta na redemocratização. No entanto, isso não ocorreu. Qual teria sido o fator da permanência do multipartidarismo chileno? De acordo com a pesquisadora Sara Epitácio (2015), a imposição do sistema binominal para a ocupação dos assentos legislativos impediu a formação de maiorias no Legislativo chileno. O sistema binominal consiste na divisão territorial em distritos, nos quais as duas vagas em disputa só serão ocupadas, ambas pelo mesmo partido, se um partido atingir mais que o dobro de votos do que qualquer concorrente. Caso isso não ocorra, as vagas são divididas entre dois

partidos. Esse sistema dificulta o monopólio partidário, que requer grande votação para ocupar as cadeiras parlamentares. Desse modo, o sistema eleitoral binominal pode ser um fator predominante para a manutenção do eleitorado antecedente dos grandes partidos, resultando na elevada nacionalização deste sistema partidário.

No Uruguai, a rivalidade do bipartidarismo entre o Partido Nacional (Blanco) e do Partido Colorado remete ao século XIX. A divisão social, derivada do antagonismo entre o interior e a capital, propiciou que estas duas agremiações controlassem a política nacional (RIAL, 1989). Esse clima belicoso do caudilhismo uruguaio impregnou, também, a disputa na liderança interna destes partidos. Contudo, embora existam embates acalorados na direção dos partidos, essa heterogeneidade de posições políticas não resulta em dissolução ou defecção partidária. Os conflitos são administrados em razão de uma regra da Justiça Eleitoral que estimulou o lançamento de candidaturas de novas lideranças sem desvincularem-se dos partidos tradicionais. “A instituição do lema (a lei dos Lemas) assegurou a sobrevivência dos dois grandes partidos ao impulsionar o fraccionalismo como meio para ampliar o território de caça do partido e bloquear a emergência de um sistema multipartidário<sup>1</sup>.” (Tradução do Autor).

Esta regra instituiu que os sufrágios dos candidatos que tivessem uma sublegenda associada aos partidos tradicionais, nos distritos, seriam computados as duas maiores forças. O estável controle político de brancos e de colorados decorre dessas intervenções do sistema eleitoral, além de ser reforçado pela postura patrimonialista da distribuição das benesses estatais. Nos termos de Juan Rial (1989), o clientelismo estatal prevaleceu por causa da debilidade de mobilização da sociedade civil uruguaia. Ao serem aliçados do controle estatal, por meio da ditadura militar (1973-1984), os dois partidos tradicionais não desapareceram porque eram reconhecidos pela população como os mediadores da relação entre a sociedade civil e o Estado. Estava implícito na sociedade uruguaia que a cidadania só podia ser alcançada através da atuação da classe política, sendo ela a protagonista deste processo. A reabertura política retomou a antiga balança de poder dos partidos tradicionais. A alta nacionalização da política no Uruguai, encontrada nos estudos do começo dos anos 2000, deriva desse equilíbrio de forças. Mas será que o país ainda está pautado em um bipartidarismo que controla o eleitorado por todo o país? Talvez, novas pesquisas possam

---

<sup>1</sup> No original: “La institución del lema (la ley de Lemas) aseguró la sobrevivencia de los dos grandes partidos al impulsar el fraccionalismo como medio para ampliar el territorio de caza del partido y bloquear la emergencia de un sistema multipartidario.” (DE RIZ, 1989, p. 53).

refutar essa elevada nacionalização devido à ascensão da Frente Ampla<sup>2</sup> como terceira força política.

Os sistemas partidários descritos com nacionalização intermediária, Colômbia e Venezuela, são exemplos de redução de votações das principais forças políticas quando o sistema político foi alterado através de reformas constitucionais. No caso colombiano, a instabilidade eleitoral dos principais partidos, após as reformas constitucionais de 1991 e de 2003, ainda é reforçada pela luta armada entre o governo e uma facção paramilitar: as controversas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Na Venezuela, alterações em regras constitucionais, em 1993, retirou poder do Legislativo, enfraquecendo os principais partidos, resultando na ascensão de um líder carismático, avesso aos partidos tradicionais, ao Executivo no final da década de 1990. Esse mesmo líder carismático conseguiu aprovar uma nova Constituição, já em 1999, que ampliou os poderes do Presidente da República venezuelano, debilitando em contrapartida os outros poderes (SÁEZ e FREINDENBERG, 2002; RAMOS, 2002; BLEIER e ARÉVALO, 2004; KORNBLITH, 2004; VILLA, 2005).

A rota seguida pelos partidos colombianos manteve o roteiro dos demais sistemas partidários sul-americanos alternando bons e maus momentos de competição eleitoral regular. Da fundação das principais legendas no século XIX – o Partido Conservador Colombiano (PCC) e o Partido Liberal Colombiano (PLC) – até 1958, a Colômbia viveu uma fase violenta de guerra civil permanente. A solução encontrada para resolver o conflito armado na sociedade venezuelana foi abrigar na mesma coalizão governativa os partidos políticos tradicionais para comandarem o país de maneira conjunta. Isso ficou conhecido como a Frente Nacional (1958-1974), consolidando o bipartidarismo colombiano (BLEIER e ARÉVALO, 2004).

Elisabeth Bleier e Carlos Arturo Arévalo (2004) comentam que o pacto entre o PCC e o PLC terminou no ano de 1974 em decorrência das mobilizações de grupos opositoristas a este acordo de cogestão da classe política tradicional, além das próprias brigas internas dentro dos partidos dessa coalizão. No entanto, no final da Frente Nacional, o domínio eleitoral das duas siglas já era massivo. A disputa estável entre o PCC e o PLC durou até a década de 1990. Alterações na Constituição nacional, em 1991 e em 2003, enfraqueceu o

---

<sup>2</sup> A Frente Ampla é uma coalizão de partidos de esquerda que conseguiu ocupar a Presidência da República nos três últimos mandatos com Tabaré Vasquez, Pepe Mujica, e, novamente, Tabaré Vasquez. Mais detalhes da sua ascensão em: LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**. Vol. IX, Nº 2, pp. 46-72, 2003.

bipartidarismo propiciando o acréscimo de novos partidos ao sistema político. O atual cenário multipartidário aliado às constantes hostilidades, entre o governo, a sociedade civil e as FARC, colocou empecilhos para uma maior nacionalização política do sistema partidário colombiano.

Na Venezuela, na análise de Marisa Ramos (2002), houve uma inversão de expectativas acerca da nacionalização do seu sistema partidário, semelhante ao que aconteceu na Colômbia, já que a democracia iniciada em 1958, após a queda do regime autoritário de Marcos Peres Jiménez (1952-1958), era uma das mais estáveis do continente. Na mesma direção, Mirian Kornblith (2004) e Rafael Villa (2005) comentam que durante 30 anos o bipartidarismo da Ação Democrática (AD) e do Comitê de Organização Política Eleitoral (COPEI) foi preponderante no eleitorado venezuelano devido às poucas diferenciações ideológicas entre estas siglas. Vários fatores sustentaram este bipartidarismo, sendo os principais a disciplina partidária e o clientelismo estatal.

A existência de uma arraigada disciplina partidária da AD e do COPEI facilitou o apoio aos governos presidenciais. Em compensação, havia uma troca de favores clientelistas para os parlamentares destes partidos. O clientelismo estatal tinha sido outro fator que ajudou na sustentação da democracia venezuelana. O Estado abrigava um amontoado de cargos e recursos para múltiplas fatias da sociedade venezuelana. Esse clientelismo estatal esteve resguardado no preço elevado do petróleo, a principal fonte de recursos do país. A crise petrolífera da década de 1980 ajudou a derrubar a harmonia social e a estabilidade do sistema partidário venezuelano. Entre 1989 e 1993, durante o governo neoliberal de Carlos Andrés Pérez (AD), que desmontou a estrutura clientelista do Estado, a Venezuela enfrentou protestos sociais e repressão estatal violenta. A situação era tão caótica que até houve uma malsucedida tentativa de golpe militar, em 1992, conduzida pelo futuro presidente Hugo Chávez (VILLA, 2005).

A crise de representatividade enfrentada pelos partidos tradicionais na Venezuela teve como resposta uma reforma constitucional, em 1993, para tornar o sistema partidário mais plural. Essa mudança nas regras eleitorais propiciou a ascensão do grupo político criado por Hugo Chávez, o Movimento Quinta República, a partir da vitória presidencial em 1998. O discurso bolivariano de integração com as raízes históricas do país, o combate aos políticos tradicionais e as políticas sociais para os mais pobres colocou o presidente Chávez como a principal força política do país. Apesar da sua imensa popularidade, o presidente Chávez não conseguiu acabar com a instabilidade institucional, nem renovar o sistema partidário

venezuelano aos moldes da estabilidade vivenciada no período de 1958 até 1988 (KORNBLITH, 2004).

Os sistemas partidários descritos como fracamente nacionalizados, casos de Brasil, da Argentina, do Equador, do Paraguai, do Peru e da Bolívia, assemelham-se na dificuldade de estabilização dos principais partidos políticos. Algumas variáveis podem explicar esse contexto caótico de assimetrias do apoio partidário nestes países. O aparecimento frequente de lideranças populistas nas suas histórias, as crises econômicas e as crises sociais impediram o desenvolvimento dos respectivos regimes democráticos.

A Argentina compartilha com o Brasil uma trajetória instável do sistema partidário no decorrer do século XX. A diferença, no caso argentino, está na ausência do desmantelamento das agremiações partidárias após as sucessivas crises no sistema político. Os partidos originados no século XIX – Partido Radical (PR), Partido Autonomista Nacional (PAN), Unión Cívica Radical (UCR) –, em conjunto com os partidários do peronismo, mantiveram-se, uns mais outros menos, sendo os protagonistas da política argentina durante os esparsos períodos democráticos no século XX (CAVAROZZI, 1989).

Para Marcelo Cavarozzi (1989), o principal motivo da debilidade do sistema partidário argentino estava assentado na prática do partido da situação manipular as regras do jogo a seu favor, de maneira deliberada, para impedir o crescimento das oposições, no limite, liquidar as dissidências. De outro lado, a tarefa das oposições consistia na progressiva direção de ruptura constitucional, por meio de um golpe capitaneado pelas Forças Armadas, como caminho mais curto para se chegar ao poder. O Peronismo só contribuiu para a dificuldade de nacionalização do sistema partidário ao se colocar acima dos partidos. O saldo do peronismo foi, em parte, positivo devido a maior participação política da sociedade argentina, e, de outra parte, negativo pelo aprofundamento da debilidade do sistema político. Por cerca de 30 anos, da deposição de Perón pelos militares, em 1955, até o governo democrático de Raul Alfonsín, em 1985, a Argentina observou seu sistema partidário entrar em colapso. Atualmente, a nacionalização de seu sistema partidário apresenta resultados insatisfatórios com uma diversidade de opções políticas que batalham pela herança do Peronismo (Partido Justicialista) ou contra esse legado (Proposta Republicana).

No Equador, as constantes reformas constitucionais sobre o funcionamento das eleições e dos partidos, desde 1983, terminaram por criar um desenho constitucional prejudicial para a estabilidade democrática e para a competição eleitoral no país. O problema se agravou com a adoção, após plebiscito em 1997, da representação proporcional com voto

personalizado de lista aberta para a ocupação de cadeiras no Congresso equatoriano. Esse sistema eleitoral incentivou a criação de novas legendas que impediram tanto que qualquer partido atingisse a metade das cadeiras parlamentares, quanto os partidos formassem maiorias governativas para dar suporte ao Presidente da República (PACHANO, 2004).

O sistema multipartidário surgido dessa conjuntura manteve-se com altos índices de volatilidade eleitoral dos principais partidos: a Izquierda Democrática (ID), o Partido Social Cristiano (PSC), o Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE) e a Democracia Popular (DP). Na prática, o eleitorado movia-se conforme interesses pessoais, a cada eleição, do que apegado a algum partido ou a algum a candidato. Essa volatilidade eleitoral produziu a fraqueza política do sistema partidário equatoriano, com forte regionalização do que nacionalização dos principais partidos.

No Paraguai, o amplo domínio da Ação Nacional Republicana – também conhecido como partido Colorado –, que ficou no poder entre 1947 e 2008, foi marcado pelas constantes fraudes eleitorais até a reforma constitucional de 1993 que inseriu novos partidos na competição eleitoral (SÁEZ e FREIDENBERG, 2002). O monopólio de poder só foi interrompido com a eleição de Fernando Lugo para a Presidência da República. Apoiado pela *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), essa vitória presidencial representou um primeiro confronto de classes na política paraguaia (BOURSCHEID, 2015).

Entretanto, o país em seguida entrou em ebulição quando da deposição do presidente Fernando Lugo, em 2012, envolto em várias polêmicas envolvendo sua vida particular. Este processo de *impeachment* presidencial foi marcado pela suspeita de golpe institucional já que o tempo de julgamento foi apressado, quase sem chances do presidente Lugo defender-se das acusações. Essa situação de ruptura institucional colocou um sinal de alerta nas democracias latino-americanas de que os mandatos presidenciais podiam ser interrompidos a qualquer momento, sem a necessidade de tanques e militares nas ruas. Tal crise se reflete nos fracos níveis de nacionalização dos demais partidos paraguaios.

O Peru possui um sistema partidário altamente fragmentado, volátil e com pouca inserção geográfica pelo território peruano. Essa situação de debilidade do sistema partidário agravou-se com o autogolpe imposto pelo presidente Alberto Fujimori (1990-2000) em 1992. Tal período da política nacional foi marcado pelo autoritarismo com o fechamento dos outros poderes, Judiciário e Legislativo, e crise de legitimidade. O personalismo de Fujimori impediu a consolidação dos partidos após a abertura política, mas o desenho constitucional permissivo para a criação de partidos e para a representatividade de novos atores continuou

criando instabilidade no sistema partidário depois da saída de Fujimori em 2000 (TANAKA, 2004).

Martín Tanaka (2004) comenta que a Constituição de 1993 ficou aquém das expectativas da população de tornar a democracia do país mais participativa. Na verdade, aumentou os poderes presidenciais e pulverizou a representação parlamentar dificultando a governabilidade. O sistema eleitoral adotado, de representação proporcional de distrito único, para ocupação das 120 cadeiras no Congresso tornou personalista a representação parlamentar. O voto personalizado em distrito plurinominal, também chamado de “distritão”, favorece candidaturas mais carismáticas em detrimento de um voto mais partidário, pois os candidatos que ganham mais votos são os eleitos. O multipartidarismo elevado peruano prevalece nessas condições de proporcionalidade facilitada da representação, tanto que na América do Sul, segundo Tanaka (2004), os maiores índices de volatilidade eleitoral são encontrados no sistema partidário peruano<sup>3</sup>.

Até o início dos anos 2000, a Bolívia representava o melhor caso de estabilidade da região andina. A queda do presidente Sánchez de Lozada, em 2003, alterou tudo. A insatisfação e o clima anti-partidos tomou conta do país assemelhando-se aos demais países da região sul-americana. Essa situação de crise de representação política coincide com a ascensão dos partidos de esquerda para as presidências de vários países da região (Argentina, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai) (MAYORGA, 2004).

O regime democrático iniciado em 1985 tinha uma estrutura estável em torno de três partidos principais que conseguiram diminuir a força dos partidos radicais. São eles: o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), o Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR) e a Acción Democrática Nacionalista (ADN). Depois dessa fase de coalizões governativas envolvendo estes partidos, novos atores<sup>4</sup> foram surgindo para atender os interesses de parcelas da população que não estavam sendo representadas por estes partidos moderados ou centristas. Daí surge o movimento campesino que alçou Evo Morales para a Presidência da República em 2005. O ineditismo de um presidente de origem indígena assumindo o poder embaralhou a dinâmica competitiva dos partidos bolivianos. Soma-se a isso, a norma proporcional para ocupação dos assentos legislativos, para a Câmara dos

---

<sup>3</sup> Em torno de 8 a 10 partidos são os mais representativos do país. Alguns deles: Perú Posible (PP), Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), Unidad Nacional (UN), Somos Perú (SP), Frente Independiente Moralizador (FIM), Unión por el Perú (UPP), Solidariedad Nacional (SN) e Partido Popular Cristiano (PPC).

<sup>4</sup> Os partidos que assumiram as bandeiras dos segmentos alijados de representação dentro dos partidos tradicionais foram: o Movimiento al Socialismo (MÁS), a Consciencia de Patria (CONDEPA) e a Unidad Cívica Solidaridad (UCS).

Deputados, ser dependente dos resultados dos partidos na eleição presidencial acarretou em uma alta volatilidade eleitoral que descaracterizou o sistema partidário anterior ao século XXI. Essas mudanças políticas, e até mesmo sociais resultando em luta de classes pelos anos de má distribuição da riqueza do país, foram as principais causas da fraca nacionalização do sistema partidário boliviano.

No Brasil, a transição para a democracia trouxe de novo algumas características da curta experiência democrática de 1946-1964. Na redemocratização foi adotado o sistema presidencialista de governo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional de lista aberta. A junção destes fatores é uma peculiaridade definida como ‘presidencialismo de coalizão’, expressão cunhada pelo cientista político Sérgio Abranches (1988), acerca da necessidade de negociações constantes do partido do governo com outros partidos para obter maioria no Congresso.

As primeiras eleições parlamentares e majoritárias sinalizaram o inverso do pretendido pela sociedade, no estertor do regime militar, de pluralismo político. No começo da década de 1980, na eleição para a Câmara dos Deputados de 1982, o povo privilegiou os herdeiros políticos do sistema bipartidário anterior: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (ex-MDB<sup>5</sup>) e o Partido Democrático Social (ex-ARENA<sup>6</sup>). Estes partidos somados alcançaram 90,9% dos votos válidos elegendo um total de 435 deputados das 479 vagas em disputa (NICOLAU, 1996, p.34). A continuidade do modelo bipartidário nos primeiros anos da redemocratização esteve amparada em uma falsa estabilidade da moeda, no governo do presidente José Sarney, em razão do sucesso do plano Cruzado. Os resultados eleitorais de 1986 vieram reforçar o êxito inicial do governo Sarney concedendo a maioria parlamentar no Congresso para o PMDB.

Na eleição de 1986, o PMDB obteve 77% dos votos válidos no Senado elegendo 38 senadores de um total possível de 49 (MAINWARING, 1993, p.26). Na Câmara dos Deputados obteve 53,4% dos votos válidos elegendo 260 deputados federais (NICOLAU, 1996, p.34). E ainda obteve vitória esmagadora nas disputas aos Governos Estaduais obtendo 95% dos cargos (FERREIRA e RIBEIRO, 2009, p.59). Essas vitórias eleitorais poderiam indicar a permanência do bipartidarismo mesmo com o fim do regime militar. Todavia, as crises oriundas do fracasso do plano econômico no governo Sarney acarretaram em descrédito popular para com a classe política. O ônus desse descontentamento recaiu no PMDB. O

---

<sup>5</sup> MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Era a oposição consentida ao regime militar.

<sup>6</sup> ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Era o partido dos militares.

partido sequer conseguiu levar seu candidato presidencial para o segundo turno da eleição de 1989.

O declínio eleitoral do PMDB, e dos partidos de direita, foi acentuado nas eleições posteriores com novos partidos ganhando representatividade. Na eleição presidencial de 1989, o jogo político começou a tomar forma de um equilíbrio de força girando em torno, aproximadamente, de sete partidos – PMDB, DEM, PP, PSDB, PDT, PSB e PT –, com nenhum partido tendo maioria absoluta de cadeiras no Congresso. A dispersão do poder no sistema partidário só cresceu depois das eleições presidenciais de 1989. Desde 1994, o sistema partidário brasileiro teve como característica o multipartidarismo que permanece até hoje. Este é o cenário descrito pela literatura do começo dos anos 2000 para os partidos sul-americanos. A principal interrogação dessa pesquisa é saber se esse diagnóstico prevalece atualmente, ou ainda se teve um progresso, ou no extremo, se houve uma involução na nacionalização partidária.

### **3. Metodologia**

A nacionalização política implicaria na mobilização do eleitorado para os assuntos nacionais, conduzidas pelos partidos políticos que são organizados por todo o território e difundem assuntos de interesse público, em detrimento das questões locais. Para isso, os partidos precisam ter votações estáveis, de forma homogênea, por todas as regiões, departamentos, cantões, estados, províncias, etc. de um país para envolver as diferentes comunidades em assuntos de interesse geral ao invés de assuntos com cunho particularista. Os resultados apresentados pelos pesquisadores indicam que sistemas partidários nacionalizados produziram maiores incentivos para a efetivação de políticas públicas nas localidades, para a estabilidade da competição eleitoral entre os grandes partidos e, não obstante, contribuiriam para o fortalecimento democrático (CARAMANI, 2004; JONES e MAINWARING, 2003; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004).

Para Caramani (2004), a nacionalização política é entendida como um macroprocesso que vai se estabilizando no decorrer dos anos. A contenda política puramente local seria uma fase arcaica e precária de estrutura da competição partidária, enquanto a nacionalização política seria a fase moderna e profissionalizada da competição eleitoral. Nessa ótica, a democracia representativa só funcionaria de maneira plena quando a nacionalização política estivesse completa, pois os partidos só são estruturados quando possuem bases estáveis de

votação por todo o território. Por isso a necessidade de uma verificação longitudinal da formação do eleitorado e da consolidação dos partidos em cada país.

Dentre os principais achados de sua pesquisa está o alto grau de nacionalização política dos sistemas partidários da Europa ocidental. Caramani (2004) identifica que o processo de nacionalização chegou cedo neste conjunto de nações, logo após a efetivação destas democracias, mesmo enfrentando fatores disjuntivos como: a ampliação do sufrágio universal, a permissividade dos desenhos constitucionais, as revoltas agrárias, o processo de secularização, as transformações na estrutura dos partidos, o avanço dos meios de comunicação de massa e do estado de bem-estar social advindos do final da Segunda Guerra Mundial. As clivagens estruturantes no período de nascimento dos principais partidos sobreviveram contra estes fatores disjuntivos, impedindo que novos conflitos fossem balizadores da disputa política. Dessa forma, os partidos tradicionais obtiveram o controle da política na Europa ocidental, confirmando a hipótese anterior de Lipset & Rokkan (1967) do “congelamento” dos sistemas partidários europeus. Portanto, o caso europeu foi o ponto de partida dos estudos acerca da nacionalização política. Os resultados obtidos nessa primeira década dos anos 2000 caminharam para uma ampliação da comparação desse fenômeno para outros países.

Para analisar este fenômeno da nacionalização política na América do Sul coletei dados empíricos das percentagens de voto partidário das últimas eleições parlamentares contidas nos órgãos eleitorais dos seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Entre os órgãos eleitorais nos quais busco as informações sobre as últimas eleições parlamentares estão: a Dirección Nacional Electoral da Argentina (2015), o Superior Tribunal Eleitoral do Brasil (2014), o Tribunal Supremo Electoral da Bolívia (2014), o Servicio Electoral de Chile (2013), a Justicia Electoral do Paraguai (2014) e da Corte Electoral do Uruguai (2015). A escolha destes países para verificação da nacionalização acontece pela disponibilidade de informações eleitorais nos estados, províncias ou departamentos. Os países da América do Sul excluídos dessa análise não disponibilizavam os resultados eleitorais desagregados pelo território para medir a nacionalização dos partidos.

A medida de nacionalização partidária é baseada no modelo desenvolvido por Jones e Mainwaring (2003). Estes autores fizeram uma adaptação no uso do Coeficiente de Gini direcionada para a votação percentual dos partidos nos diferentes estados, regiões e departamentos que compõe os territórios nacionais. Na pesquisa de Jones e Mainwaring (2003), o coeficiente de Gini foi direcionado para a votação percentual desigual dos partidos

nos diferentes estados, regiões e departamentos que compõe os territórios nacionais. Calcular essa dispersão/concentração de votos, de cada partido, implica mensurar os estados igualmente na análise. A fórmula do coeficiente de Gini aplicada aos dados eleitorais é:

$$G_i = \sum_{i=1}^n (X_i Y_i + 1) - \sum_{i=1}^n (X_i + 1 Y_i)$$

Onde:  $X_i$  = é a proporção acumulada representada pelo percentual de votos válidos ganhos pelo Partido X no estado  $i$  dividido pela soma das percentagens vencida pelo Partido X em todos os estados;  $Y_i$  = é a proporção cumulativa que qualquer estado representa no número total de estados ou outra subunidade política. Este índice promove uma escala de valores, entre 0 e 1, onde os partidos que atinjam valores próximos de 1 (um) correspondem a nacionalização partidária, enquanto valores que se aproximem de 0 (zero) indicam uma regionalização partidária. Isso em razão do PNS ser o resultado do cálculo do coeficiente de Gini subtraído por 1, já que o interesse é medir a homogeneidade do voto partidário, sendo a expressão matemática desse cálculo:

$$PNS = 1 - G_i$$

Em um exemplo hipotético, desenvolvido por Jones e Mainwaring (2003), o Partido X ganha 0%, 10%, 30% e 40% dos votos nos quatro estados de um determinado país. Os percentuais nas linhas devem ser organizados de forma ascendente de votação que esse Partido X conquistou em cada estado, nunca em ordem aleatória. A soma destes votos compartilhados é de 80% (Coluna 2). Na coluna 4, para cada estado, dividimos percentagem de votos do partido X nesse estado em 80% para determinar que a contribuição do Estado para não ponderados (pela população) percentagens de votos agregados do partido. Coluna 6 dá os totais acumulados para a coluna 4. A coluna 7, linha A, representa o produto de  $X_i$  (linha A na coluna 6) vezes  $Y_i + 1$  (linha B na coluna 5), isto é,  $0 * .50$ . A coluna 7, linha B, representa o produto da linha B na coluna 6 vezes na linha C na coluna 5, e assim por diante. A linha final na coluna 7 é a soma de todas as entradas de linha para a coluna 7. Coluna 8 Row A é o produto de  $X_i + 1$  (Linha B na Coluna 6) vezes  $Y_1$  (linha A na coluna 5), ou seja,  $0,25 * 0,125$ , e sucessivamente. A linha final da coluna 8 é a soma de todas as entradas para a fila a coluna. O coeficiente de Gini é obtido subtraindo-se a soma da coluna 7 da soma da coluna 8.

Portanto,  $1,0313 - 0,5938 = 0,4375$ .

**Quadro 1. Exemplo de aplicação do Party Nationalization Score (PNS)**

Estado	Votação do Partido no Estado (%)	1/pelo número total de Estados	Votação Estadual dividida pela soma das votações estaduais	Cumulativa Cota Estadual $Y_i$	Cumulativa Cota da Coluna de número 4 $X_i$	$X_i * Y_{i+1}$	$X_{i+1} * Y_i$
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
A	0	25	0	.25	0	0	.0313
B	10	25	.125	.50	.125	.0938	.2500
C	30	25	.375	.75	.50	.5000	.7500
D	40	25	.50	1	1	-	-
	SOMA=80					.5938	1.0313

Fonte: Modelo emprestado de Jones e Mainwaring (2003).

Nesse exemplo acima, o  $PNS = 1 - Gini$ , isto é,  $1 - 0,4375 = 0,5625$ . Este índice servirá para mensurar a nacionalização, ou regionalização, dos partidos políticos atualmente. Ao final das análises, as pontuações encontradas eram subtraídas por 1. Valores que se aproximem de 1 indicam alta nacionalização partidária, enquanto valores que se aproximem de 0 indicam fraca nacionalização.

#### **4. Análise dos dados**

Agora passo para a análise dos dados da nacionalização da política dos partidos na América do Sul. Essa pesquisa almeja apresentar dados mais atuais sobre este fenômeno nas últimas eleições parlamentares, entre 2013 e 2015, na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Chile, no Paraguai e no Uruguai. Na Argentina, os partidos coligados analisados são: Alianza Cambiemos (AC), Alianza Frente para la Victoria (AFPLV), Alianza Unidos por una Nueva Alternativa (AUNA), Alianza Progressista (AP), Alianza Frente de Izquierda y de los Trabajadores (AFIT), Alianza Frente Cívico y Social (AFCS) e o Partido OBRERO. Já no Brasil, os partidos selecionados foram: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Progressista (PP) e o Partido Democratas (DEM). Na Bolívia, os partidos são: Movimiento al Socialismo (MAS), a Unidad Democrática (UD), o Partido Demócrata Cristiano (PDC), o Movimiento sin Miedo (MSM) e o Partido Verde Boliviano (PVB). No Chile, os partidos selecionados foram: a Unión Demócrata Independiente (UDI), a Renovación Nacional (RN), o Partido Progressista (PRO), o Partido Regionalista de los Independientes (PRI), o Partido Socialista (PS), o Partido Demócrata Cristiano (PDC) e o partido INDEPENDIENTE. No Paraguai, os partidos são: o Partido Colorado (PC), o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), a coligação Avanza País (AP), a Unión Nacional de Ciudadanos Éticos (UNCE), o Partido Pátria Querida (PPQ), o Partido de la Juventud (PLJ) e a Concertación Nacional Frente Guasú (CNFG). No Uruguai, os partidos foram: a coligação Frente Ampla (FA), o Partido Nacional (PN), o Partido Colorado (PC), o Partido Independiente (PI) e o Partido Asamblea Popular (PAP). Na Tabela 1 (em anexo), temos os dados da nacionalização política na América do Sul.

**Tabela 1. Party Nationalization Score (PNS) nas últimas eleições parlamentares na América do Sul (2013-2015)**

País	Partidos Políticos							Média
Argentina	AC	AFPLV	AUNA	AP	AFIT	AFCS	OBRERO	
	0,52	0,81	0,43	0,53	0,47	0,80	0,41	0,56
Brasil	PDT	PT	PSB	PSDB	PMDB	PP	DEM	
	0,67	0,74	0,65	0,71	0,76	0,72	0,61	0,69
Bolívia	MAS	UD	PDC	MSM	PVB			
	0,90	0,83	0,81	0,82	0,83			0,83
Chile	UDI	RN	PRO	PRI	PS	PDC	INDEP	
	0,83	0,84	0,71	0,54	0,62	0,71	0,74	0,71
Paraguai	PC	PLRA	AP	UNCE	PPQ	PLJ	CNFG	
	0,94	0,74	0,74	0,72	0,57	0,57	0,67	0,70
Uruguai	FA	PN	PC	PI	PAP			
	0,93	0,91	0,89	0,85	0,86			0,88

Fonte: Órgãos Eleitorais dos países analisados. Dados processados pelo autor.

Os resultados encontrados rebatem em partes a visão negativa da literatura sobre a nacionalização dos sistemas partidários sul-americanos. Os países analisados, na média, situam-se entre uma intermediária nacionalização partidária (Argentina, Brasil e Paraguai) e alta nacionalização (Bolívia, Chile e Uruguai) dos principais partidos políticos já que a literatura coloca apenas valores acima de PNS= 0,70 como de alta nacionalização (Jones e Mainwaring, 2003). Os sistemas partidários nacionalizados têm em comum a longevidade de seus principais partidos políticos. Nestes casos, os partidos tradicionais mantiveram no decorrer dos anos atividade organizativa, lideranças políticas ativas e a importância no imaginário dos respectivos eleitorados nacionais. Isso é bastante evidente no caso chileno e no caso uruguaio aonde os principais partidos estão muito bem distribuídos em votação pelo território.

A situação de alta nacionalização política dos partidos na Bolívia chega a ser surpreendente em razão da ascensão da causa indígena na política boliviana que traz

muita repercussão de conflito. MAS, partido do presidente Evo Morales, que possui poucos anos de fundação já possui um grau elevado de distribuição homogênea de votos.

Os sistemas partidários com nível intermediário de nacionalização assemelham-se na dificuldade de estabilização dos principais partidos, no aparecimento frequente de lideranças populistas nas suas histórias, nas crises econômicas e nas crises sociais recorrentes, logo após a redemocratização, que impedem o pleno desenvolvimento dos respectivos regimes democráticos. Na Argentina o Partido Justicialista, que lidera a coligação Alianza Frente para la Victoria (AFPLV) é o partido com melhor organização partidária para competir por todo o país, ao lado dos socialistas. No Brasil, os partidos mais antigos, PMDB, PT, PP e PSDB possuem resultados melhores de nacionalização mostrando como a competição eleitoral é acirrada e de como a longevidade partidária afeta positivamente na capacidade de uma organização partidária se manter competitiva e não desaparecer. No Paraguai temos o exemplo perfeito dos benefícios da longevidade partidária, já que o velho Partido Colorado, fundado no século XIX, é o destaque deste sistema partidário com PNS= 0,94, o maior entre os partidos analisados.

## **5. Conclusões**

Os resultados da nacionalização política na América Latina indicam que os sistemas partidários com nacionalização intermediária além de ter partidos mais recentes, mesmo com exceções, possuem um desenho constitucional com regras que favorecem tanto a representatividade de minorias quanto favorecem a criação de novos partidos. Essa oferta no mercado político de opções para o eleitorado escolher impede que os maiores partidos possuam votações estáveis por todo o território. Os países da América do Sul contam também com políticos de viés mais personalista do que partidário prejudicando a penetração territorial dos principais partidos. Tal fato pode ser uma das explicações da nacionalização política ainda não estar completa em todos os países.

A pesquisa mostrou que a longevidade partidária é um fator preponderante para que a nacionalização da política ocorra nestes sistemas partidários. Ou seja, estamos de frente para um dilema importante nestes países democráticos, qual seja, ou favorecemos

um desenho constitucional que privilegie a representatividade de vários grupos sociais, estimulando a volatilidade eleitoral e a competição partidária com novos atores, ou privilegiamos um desenho constitucional que conceda a poucos partidos o reconhecimento da população de principais detentores da máquina pública, aumentando a identificação do povo com seus representantes. Nas duas situações temos pontos positivos e pontos negativos que cada país precisa decidir qual deve priorizar. No entanto, os estudos da nacionalização da política indicam que democracias com partidos nacionalizados possuem maior estabilidade social e política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **DADOS**, vol.31, n.1, pp. 5 – 34. 1988.

ALEMÁN, Eduardo; KELLAM, Marisa. The Nationalization of Electoral Change in the Americas. **Electoral Studies**, vol. 27, n°2, pp. 193–212, 2008.

BLEIER, Elisabeth; ARÉVALO, Carlos Arturo. Partidos y sistema de partidos en Colombia hoy: ¿crisis o reordenación institucional? IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 51-70, 2004.

BOURSCHEID, Júnior. Entre la hegemonía y el cesarismo: un análisis gramsciano del gobierno de Fernando Lugo (2008-2012). **Revista Pensamento Plural**. N° 17, pp. 51-76, 2015.

CARAMANI, Daniele. **The Nationalization of Politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CAVAROZZI, Marcelo. El esquema partidario argentino: partidos viejos, sistema débil. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken. **The Formation of National Party Systems: Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

DE RIZ, Liliana. Política y partidos. Ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

EPITÁCIO, Sara. **A trajetória dos partidos de direita na democracia recente: o caso do Brasil e do Chile**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFRGS, 2015.

FERREIRA, Denise; RIBEIRO, Pedro. O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P)MDB em perspectiva comparada. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma. **Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

JONES, Mark; MAINWARING, Scott. The Nationalization of parties and party systems: An empirical measure and an application to Americas. **Kellogg Institute Working Paper**. Vol. 1, N° 304, p. 01-30. 2003.

KORNBLITH, Miriam. Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: caso Venezuela. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 113-139, 2004.

MACHADO, Carlos; RECCH, Filipe. Nacionalização Partidária e Concentração Estadual dos partidos brasileiros. **21<sup>st</sup> World Congress of Political Science**, Santiago, p. 01-13. 2009.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_, Scott. Democracia Presidencialista Multipartidária: o caso do Brasil. **LUA NOVA**, n.28/29, p.21 – 74. 1993.

MAYORGA, René Antonio. La crisis del sistema de partidos políticos: causas y consecuencias. Caso Bolivia. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 27-49, 2004.

MORGENSTERN, Scott. Questions of Party Nationalization. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, D.C. p. 01-23. 2005.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PACHANO, Simón. Él territorio de los partidos. Ecuador, 1979-2002. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 71-92, 2004.

RAMOS, Marisa. Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000). **Opinião Pública**, vol.VIII, n° 2, pp. 230-250. 2002.

RIAL, Juan. Continuidad y cambio en las organizaciones partidarias en el Uruguay: 1973-1984. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, vol.8, nº 2, pp. 137-157. 2002.

SANDBROOK, Richard. The 'crisis' in political development theory. **The Journal of Development Studies**, vol. 12, nº 2, pp. 165-185.1976.

TANAKA, Martín. Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: el caso peruano. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 93-112, 2004.

VILLA, Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, vol.19, nº 55, pp. 153-172. 2005.